

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS

TREATMENT OF INFORMATION AND SOCIAL INDICATORS

Maria Cecilia Fagundes da Costa¹

RESUMO: O presente trabalho científico foi desenvolvido por um grupo de alunos do curso de Serviço Social da Universidade Anhanguera (unidade República/PA) e tem como objetivo principal através da pesquisa bibliográfica documental realizada conhecer os variados conceitos de políticas públicas, bem como a sua real aplicabilidade em cada macrorregião brasileira podendo ser um instrumento valioso para o profissional em Serviço Social que pode atuar na (re)formulação de políticas públicas já implantadas ou na construção de outras que objetivem mudar a realidade social encontrada. Estar ciente da totalidade de planos de ação e o papel dos governantes na escolha de suas prioridades de governo são informações valiosas para esse profissional alcançar o bem estar social tão almejado. Sugerimos ao final do mesmo que as políticas públicas podem minimizar as desigualdades sociais e combater essa dura realidade, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam se sentir cidadãos e exercer seus direitos de forma plena e democrática como é assegurado na Constituição Federal de

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Anhanguera - Uniderp (junho - 2017). Atualmente, estagia no Centro de Interação do Adolescente Masculino no Bairro do Sideral em Belém do Pará (CIAM-Sideral) através da Instituição Concedente à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Adquiriu com o estágio supervisionado experiência no trato com adolescentes em conflito com a lei, com ênfase na aplicabilidade das Medidas Protetivas Socioeducativas.

1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Palavras-chave: Políticas Públicas, Sociedade Igualitária, Cidadãos, Constituição Federal.

ABSTRACT: *The present scientific work was developed by a group of students from the course of Social Work at the University at the University of Anhanguera (unit Republic/ PA) and has as its main objective through bibliographic research conducted documentary meet the varied concepts of public policies, as well as their real applicability in each macro region can be a valuable tool for the professional in Social Work that can act in (re)formulation of public policies already implemented or in the construction of others that aim to change the social reality found. Being aware of all of the action plans and the role of governments in choosing their priorities are valuable information for this professional to achieve social well being as desired. We suggest the end of even that public policies can minimize the social inequalities and combat this harsh reality, to build a more just society and egalitarian, where everyone can feel citizens and exercise their rights fully and democratically as is guaranteed in the Federal Constitution of 1988 and in the Universal Declaration of Human Rights (1948).*

Keywords: *Public Policies, Egalitarian Society, Citizens, Federal Constitution.*

INTRODUÇÃO

Através deste trabalho, iremos demonstrar uma abordagem sobre aspectos da população brasileira, onde serão apresentados conceitos básicos de políticas públicas que no século XX estavam vinculadas ao desenvolvimento do Estado capitalista e esse às relações das classes sociais

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

definindo um mecanismo contraditório que visava à garantia da reprodução da força de trabalho.

Esse aspecto da organização do Estado nas sociedades industriais, não traduz um equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho. Pois, na verdade existem relações de poder com intuito de influenciar na dinâmica da vida cultural. Por fim, pensar em políticas públicas é pensar na participação do cidadão no micro, pois resolvendo os pequenos problemas de sua rua pode se reivindicar mudança no macro, porque vai se ter consciência da sua participação no bem social público que é o bem do coletivo.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem estão relacionadas, ou seja, com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente, então,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

faz-se necessário atualmente, a participação do profissional em Serviço Social.

Durante o processo de investigação e pesquisa bibliográfica documental do trabalho, observamos que, a partir de determinados dados coletados, é possível a construção de novos indicadores sociais, também sendo estes de fundamental importância para a formulação de políticas públicas.

1. DEFINIÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA, SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS ANALÍTICAS

O conceito de Políticas Públicas é discutido em todas as áreas do conhecimento, no entanto é no âmbito da Ciência Política que este ganha um grande destaque nas discussões teóricas como mostra SOUZA (2006, p. 20-45) em seu artigo “Políticas Públicas uma revisão da literatura”, que mostra uma visão geral de como a política pública é vista pela academia exemplificando seus três aspectos: A primeira como um equilíbrio no orçamento entre receita e despesa, segundo como uma nova visão do estado onde deixa de ser uma política keynesiana, para ser uma política restrita aos gastos, e terceira é a relação que existe entre os países desenvolvidos e os que iniciaram a sua caminhada democrática recentemente, de um modo particular os países da América Latina que ainda não conseguem administrar bem os seus recursos públicos e equacionar os bens em benefício de sua população, de modo incluir os excluídos.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

Depois de criada, uma política pública percorre diferentes instâncias burocráticas, podendo ser alterada até chegar à sua operacionalização. Os burocratas, por serem os técnicos responsáveis por transformar políticas públicas em projetos de intervenção na realidade social, grupos podem exercer pressão sobre eles para que essas políticas públicas os favoreçam. É comum no Brasil que as políticas públicas guardem uma lógica de partilha dos recursos públicos beneficiando determinados grupos sociais, regiões, municípios, etc. (VIEIRA, 2006).

Este é um dos motivos que justificam o comprometimento das políticas públicas com setores específicos da sociedade civil ao mesmo tempo em que explica os altíssimos investimentos de alguns setores sociais em campanhas políticas para eleger determinados candidatos. Mesmo percorrendo toda esta trajetória burocrática, os recursos chegam aos setores denominados instância do poder local, como é o caso das secretarias, onde passarão por outros caminhos burocratizados até ser aplicado de fato. As políticas públicas, desde a ideia até a sua operacionalização, envolvem pessoas e instituições de diferentes níveis, que entram em contato com uma determinada fase das políticas públicas, inserindo nessas um pouco de si, da instituição que representam ou do seu comprometimento com grupos sociais diversos. As

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

políticas públicas, da elaboração à operacionalização, envolvem uma rede de micro poderes que contribuem de forma específica para o fortalecimento e interesses de cada instância de poder.

1.1 Quadro-síntese sobre as principais definições de Política Pública

Quadro 1 – Definições de Política Pública

AUTOR	DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	ANO DA OBRA
Belloni	É definida como o conjunto de orientações e ações de um Governo com vistas ao alcance de um determinado objetivo, é a área intencional do Estado junto a sociedade.	2003
Mead	Campo dentro do estudo da política que analisa o Governo à luz de grandes questões públicas.	1995
Peters	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos.	1986
Dye	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.	1984
Lynn	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.	1980
Easton	É um sistema integrado no qual se relacionam a formulação, resultados e o ambiente. Recebem “inputs” dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.	1965
Laswell	Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.	1958

Fonte: SOUZA (2003).

1.2 Estudo de caso em Política Pública: principais características

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

A implementação de políticas públicas pode ser entendida como um processo através do qual os objetivos podem ser alterados, recursos mobilizados para atender e realizar objetivos. Pode até ser vista como um processo de alteração da política que se quer implementar. Se não planejada, ela pode levar ao fracasso de uma política. Vários fatores podem interferir na implementação alterando os rumos previstos.

São circunstâncias externas ao agente implementador relativas à adequação, suficiência e disponibilidade de tempo e recursos; à característica da política em termos de causa e efeito, aos vínculos e dependências externas; à compreensão e especificação dos objetivos e tarefas; à comunicação, coordenação e obediência. O sucesso da implementação estará também relacionado à adequação de sua direção *top-down* ou *bottom-up* ao tipo de política e ao ambiente onde é implementada.

Há ainda os fatores relativos às características do processo de negociação, à natureza do foco da política; às ações e relações entre os implementadores e sua capacidade de adaptação e de aceitar e acomodar imprevistos, às características da equipe, às condições políticas, econômicas e sociais. Em alguns casos um modelo pode ser mais importante que o outro, pois oferecem diversos tipos de informações, necessárias aos diversos

estágios do processo de implementação.
(SARAVIA; FERRAREZI, 2006)

Esses modelos divergem quanto às abordagens. Na abordagem do tipo top-down a decisão política é autoritária definida em um nível central. Por outro lado, a abordagem do tipo *bottom-up* leva em consideração a complexidade do processo de implementação. Observa-se que essas não são mutuamente exclusivas, uma vez que ambas fornecem informações úteis sobre o processo de implementação. Em alguns casos uma abordagem pode ser mais importante que a outra, e em outros casos ambas são igualmente relevantes, embora em diferentes fases do complexo e dinâmico processo de sua implantação.

O quadro a seguir resume as principais características dos modelos encontrados:

Quadro 2 – Os modelos e as principais características de implementação de Políticas Públicas.

MODELO	ABORDAGEM	NATUREZA	VARIÁVEIS CENTRAIS
--------	-----------	----------	--------------------

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

Smith (1973)	Bottom-up	Processo contínuo. Reconhece o conflito entre planejadores e implementadores como fonte de feedback.	Grupo-alvo; estrutura organizacional; liderança/capacidade; fatores ambientais.
Van Meter e Van Horn (1975)	Top-down	Ocupa-se das causas da não implementação.	Normas e objetivos políticos; recursos da política; comunicação e atividades; características institucionais; ambiente econômico-social-político; e disposição dos executores
Michael Lipsky (1978)	Bottom-up	Questiona o pressuposto fundamental da hierarquia.	Comportamento, competência e capacitação dos “ <i>street level bureaucrats</i> ”.
Edwards (1980)	Top-down	Diagnóstico das condições prévias.	Comunicação; recursos; disposição e estrutura
Barrett e Fudge (1981)	Negociação	Processo político de negociação e interação.	Poder e dependência, interesses, motivações e comportamentos.
Mazmanian e Sabatier (1983)	Top-down	Processo interativo de formulação, implementação e reformulação. O foco na realização dos objetivos da política declarada e a implementação pode ser vista em três diferentes perspectivas: O formulador, o executor e o público-alvo.	Rastreabilidade dos problemas; capacidade de decisão política; dinamismo próprio.

Fonte: SOUZA (2006)

Os elementos principais de um modelo de políticas públicas, na concepção de Souza (2006) são:

- Permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz;

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

- Envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe aos participantes formais, já que os informais são também importantes; É abrangente e não se limita a leis e regras;
- É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; Embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- Envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

1.3 Conclusão sobre a importância das Políticas Públicas

Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação. (SOUZA, 2003, p. 27)

Independente da decisão governamental de gastar mais ou menos, as políticas públicas que serão realizadas devem ter um objetivo claro e idôneo, e sua implementação deve ser a mais eficiente possível. Se, por exemplo, criar-se-á um determinado programa de distribuição de renda, deve-se avaliar se os meios

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

utilizados visam a, efetivamente, redução da pobreza a longo prazo ou se somente têm intuítos eleitoreiros e demagógicos. Na primeira hipótese, a política trará desenvolvimento econômico para o país e, conseqüentemente, para as pessoas envolvidas no contexto. Na segunda, criará um sumidouro de dinheiro público, uma situação de perpetuação do assistencialismo e da miséria e, conseqüentemente, pobreza e ineficiência crônica social .

Exemplificando de outra maneira sua importância, temos: A construção de uma ponte pode ser feita como uma forma de melhorar o tráfego de determinada região, melhorando os acessos de pessoas e produtos, ou pode ser construída em um local isolado, ligando "o nada a lugar nenhum". No primeiro caso, traz desenvolvimento; no segundo, é fonte de corrupção. Caso se permita que os políticos ajam livremente, sem o controle da população, farão o que lhes for mais conveniente (que dificilmente coincide com os interesses do povo). Haverá, então, corrupção, desperdício de dinheiro público, políticas públicas inócuas, demagógicas e eleitoreiras. Por outro lado, se os políticos forem vigiados, controlados e pressionados, terão que utilizar melhor o dinheiro arrecadado com impostos, trazendo melhores resultados para o país e para a população como um todo coletivo.

2. CONCEITUANDO OS INDICADORES SOCIAIS

Os IS são estatísticas sobre aspectos da vida de uma nação que, em conjunto,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

retratam o estado social dessa nação e permitem conhecer o seu nível de desenvolvimento social. Os IS constituem um sistema, isto é, para que tenham sentido, é preciso que sejam vistos uns em relação aos outros, como elementos de um mesmo conjunto. (VIEIRA, 2006)

A escolha dos aspectos que retratam o estado social de uma nação é uma tarefa difícil, porque depende de acordo entre o governo, políticos em geral e a sociedade organizada (sindicatos, associações de moradores, associações de classe, grupos religiosos, dentre outros) sobre os critérios mais importantes para se fazer esta escolha. Por exemplo, você pode achar que o mais importante para se dizer que um país está se desenvolvendo é a quantidade de exportações que ele realiza; um amigo seu pode achar que o aumento do número de trabalhadores é que indica o progresso da nação.

Hoje em dia, porém, como já existe um consenso sobre os critérios de seleção dos aspectos que melhor retratam o estado social de uma nação, já se pode falar de um conjunto mínimo de Indicadores Sociais. Esse conjunto é composto por informações sobre as características da população, sobre a dinâmica demográfica, sobre trabalho e rendimento; sobre saúde, justiça e segurança pública, educação e condições de vida das famílias.

Na grande maioria dos países, são os órgãos oficiais do governo, os responsáveis pela produção das

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

informações que integram o sistema de Indicadores Sociais. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão oficial responsável pela produção das estatísticas que compõem o sistema de Indicadores Sociais. As principais fontes de dados são as pesquisas do próprio IBGE, como as pesquisas censitárias, pesquisas estruturais e especiais, pesquisas mensais de comércio, emprego e serviço dentre outras que o órgão utiliza.

3.1 Quadro-síntese com os indicadores sociais pesquisados

Quadro 3 – Indicadores Sociais

TIPO DE INDICADOR	O QUE INDICA?	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	DEFINIÇÃO
IDH	É um índice que serve de comparação entre os países.	Têm por objetivo medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população.	O Índice de Desenvolvimento Humano é calculado com base em dados econômicos e sociais.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

Índice de Gini (IG)	É um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo.	É um cálculo usado para medir a desigualdade social, quanto mais um país se aproxima do número 1, mais desigual é a distribuição de renda e riqueza, e quanto mais próximo do número 0, mais igualitário será aquele país. A fórmula do IG é: $a / (a+b)$.	Esse índice aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.
Indicadores Ethos de Responsabilidade Social	São uma ferramenta de gestão que visa apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial (RSE) em suas estratégias de negócio	É composta por um questionário que permite o autodiagnóstico da gestão da empresa e um sistema de preenchimento on-line que possibilita a obtenção de relatórios, por meio dos quais é possível fazer o planejamento e a gestão de metas para o avanço da gestão na temática da RSE/Sustentabilidade	Têm como foco avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social têm sido incorporadas nos negócios, auxiliando a definição de estratégias, políticas e processos.
Indicadores Básicos para a Saúde no Brasil	São medidas-síntese que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde, bem como do desempenho do sistema de saúde.	Destina-se a produzir evidência sobre a situação sanitária e suas tendências, como base empírica para identificar grupos humanos com maiores necessidades de saúde, estratificar o risco epidemiológico e identificar áreas críticas. Constitui, assim, insumo para o estabelecimento de políticas e prioridades melhor ajustadas às	A disponibilidade de informação apoiada em dados válidos e confiáveis é condição essencial para a análise objetiva da situação sanitária, assim como para a tomada de decisões baseadas em evidências e para a programação de ações de saúde.

		necessidades de saúde da população.	
Indicadores de Educação no Brasil.	Baseia-se em uma visão ampla de qualidade educativa.	Refere-se ao exercício escolar dos direitos e deveres.	Participação escolar democrática na tomada das decisões.

Fonte: VIEIRA (2006)

3.2 A relação entre indicadores sociais e Políticas Públicas

Os indicadores sociais tomaram no início do século XXI um papel importante na expressão da realidade de uma sociedade, hoje é comum encontrar a divulgação de diversos indicadores na mídia ou mesmo no cotidiano da população. (VIEIRA, 2006)

Sabemos que alguns indicadores possuem uma projeção menor do que outros, porém é importante que para a formulação de políticas públicas a maioria dos trabalhos de formulação de indicadores sociais sejam utilizados.

Na formulação de uma política pública eficaz busca-se os mais diversos aspectos das necessidades e da potencialidade que a região possui, pois durante o processo administrativo algumas etapas devem ser estabelecidas e o monitoramento, planejamento e controle dessas dependeram de informações que expressem os resultados desse processo, daí a necessidade de análise e utilização dos indicadores sociais.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

4. INDICADOR SOCIAL ESTUDADO: EDUCAÇÃO E TRABALHO

Esse indicador social divulga através do IBGE informações que permitem a compreensão das atuais tendências do mercado de trabalho, a partir de questões como a formação técnico-profissional do morador e o nível de escolaridade de seus pais. Contém tabelas com dados sobre as pessoas de 20 anos ou mais de idade, segundo sua posição na ocupação, setor de atividade, grau de satisfação no exercício de sua atividade, incorporação de novas máquinas e equipamentos ao processo produtivo e expectativas de trabalho das pessoas inativas, entre outros aspectos. Inclui comentários sobre os resultados apresentados, bem como a conceituação das características investigadas e o plano de amostragem da pesquisa.

4.1 Indicador social estudado: outras informações

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), pesquisa domiciliar de periodicidade mensal sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho, realizou em 1996 a pesquisa suplementar Educação e Trabalho, que investigou junto aos moradores que, àquela data, tinham 20 anos ou mais de idade, se haviam concluído algum curso técnico-profissional equivalente ao segundo grau.

Foi considerado como curso técnico-profissional somente aquele em que o diploma recebido serve,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

também, como diploma de segundo grau. Os cursos concluídos no exterior foram considerados desde que fossem equivalentes ao segundo grau no Brasil. Não foram considerados os cursos técnicos-profissionais que tinham como pré-requisito o segundo grau completo. Os demais conceitos investigados na pesquisa suplementar foram expressos em quesitos de opinião e estão claramente explicitados nas respectivas tabulações.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

Região Metropolitana de Recife						
3.2 - Pessoas de 20 anos ou mais de idade, ocupadas e que tinham trabalho em maio de 1991, por posição na ocupação e posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador no trabalho principal que tinham em abril de 1996, segundo o sexo, a posição na ocupação e posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador no trabalho principal que tinham em maio de 1991						
Sexo, posição na ocupação e posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador no trabalho principal que tinham em maio de 1991	Pessoas de 20 anos ou mais de idade, ocupadas e que tinham trabalho em maio de 1991					
	Total (9)	Posição na ocupação e posse de carteira de trabalho assinada pelo empregador no trabalho principal que tinham em abril de 1996				
		Empregados		Empregadores		Não remunerados
		Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Conta própria	Empregadores	
Total (9)	666 572	267 809	142 537	171 381	20 844	4 000
EMPREGADOS	469 930	256 651	126 115	79 953	7 158	1 053
Com carteira de trabalho assinada	351 184	228 017	60 636	55 162	6 737	632
Sem carteira de trabalho assinada	118 746	28 634	65 479	23 791	421	421
CONTA PRÓPRIA	123 799	9 264	15 580	89 270	7 369	2 316
EMPREGADORES	11 580	1 263	632	2 737	6 316	632
NÃO REMUNERADOS	0	0	0	0	0	0
SEM DECLARAÇÃO	1 263	632	211	421	0	0
Homens (9)	381 292	173 908	86 743	102 955	16 843	842
EMPREGADOS	300 443	165 275	74 111	54 951	5 895	211
Com carteira de trabalho assinada	238 755	150 116	39 582	43 372	5 685	0
Sem carteira de trabalho assinada	61 689	15 159	34 529	11 580	211	211
CONTA PRÓPRIA	71 584	7 790	12 211	45 477	5 474	632
EMPREGADORES	8 422	632	211	2 105	5 474	0
NÃO REMUNERADOS	0	0	0	0	0	0
SEM DECLARAÇÃO	842	211	211	421	0	0
Mulheres (9)	225 280	93 902	55 794	68 426	4 000	3 158
EMPREGADAS	169 486	91 375	52 004	24 002	1 263	842
Com carteira de trabalho assinada	112 429	77 901	21 054	11 790	1 053	632
Sem carteira de trabalho assinada	57 057	13 475	30 950	12 211	211	211
CONTA PRÓPRIA	52 214	1 474	3 369	43 793	1 895	1 694
EMPREGADORAS	3 158	632	421	632	842	632
NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0	0	0
SEM DECLARAÇÃO	421	421	0	0	0	0

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_devida/indicadoresminimos/suppme/notastec_educacao_trabalho.shtm>. Acesso em: 6 set. 2015.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

5. POLÍTICA PÚBLICA (RE)FORMULADA: OS CARROCEIROS DE RECIFE COM EDUCAÇÃO E COM UM TRABALHO DIGNO

É verdade que as desigualdades sociais são em grande parte geradas pelo jogo de interesse mercadológico e do capital, assim como é também verdade que o sistema político intervém de diversas maneiras, às vezes mais, às vezes menos, para regular, regulamentar e corrigir o funcionamento dos mercados formando as supostas remunerações materiais e simbólicas. (RUA, 2012).

A desigualdade social tem como fim, então, gerar a existência de um mercado de trabalho e uma educação elitizada, onde poucos jovens de menor renda conseguem adquirir uma melhor formação escolar e profissional e como consequência, vemos a ocorrência e o aumento da violência urbana.

Em Recife, os carroceiros pertencem a uma classe de trabalhadores braçais sendo considerados como desqualificados pela classe elitizada recifense. Muitos são moradores de rua, ou vivem na periferia em bairros afastados do centro desta cidade. Trabalham com materiais que podem ser reciclados, ou carregando entulhos ou objetos de um local a outro. Muitas vezes, nós mesmos não enxergamos esses trabalhadores que desempenham um papel muito importante. Já que montanhas de lixo têm seu destino para a reciclagem

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

graças a esses trabalhadores ditos também, “invisíveis” aos olhos da sociedade. Excluídos e muitas das vezes acusados de serem marginais, vivem de forma simples e sempre buscando formas de melhorar de vida, muitos se entregam às drogas e a bebida, sofrem violência entre outras por forças repressoras do Estado. Com histórias diferentes esses indivíduos, normalmente, vindos do interior tentam buscar uma vida melhor até mesmo para sua família, o que nem sempre é possível. Mas, seguem trabalhando mesmo sem ter a carteira assinada, o que era um dos meios dignos para se sobreviver nessa “linda” metrópole brasileira.

6. O SERVIÇO SOCIAL TRANSFORMANDO O CONTEXTO SOCIAL VIGENTE

A assistência social é um direito de todo cidadão e dever do Estado, garantido na Constituição Federal e regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social, sancionada em 1993. O exercício da profissão é fiscalizado pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social. As áreas de assistência e da saúde são as maiores empregadoras de assistentes sociais, tanto em unidades básicas de saúde e ambulatorios de especialidades, quanto nos hospitais. (VIEIRA, 2006, p. 5).

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

Esse profissional pode atuar também na educação, em escolas e creches, nos campos da habitação e do Judiciário (varas de Justiça da criança e da família, de execuções penais e promotorias públicas), no sistema penitenciário, no setor de recursos humanos e na gestão e controle das políticas sociais, por meio dos conselhos de saúde, de assistência social e de direitos.

O graduado vai lidar com crianças, adolescentes, jovens, idosos, famílias, pessoas portadoras de necessidades especiais e grupos específicos, como mulheres, negros, migrantes e sem-terra. Ele realiza atendimentos individualizados ou familiares e trabalhos em grupo e comunitários.

A maioria dos assistentes sociais é contratada pelo setor público estadual e municipal, mediante a realização de concursos ou processos seletivos, mas também podem atuar em ONGs. Existe, ainda, uma quantidade significativa de profissionais que seguem a carreira de docência universitária.

O Serviço Social contribui expressivamente para a formulação e a implementação de políticas sociais públicas. O profissional dessa área atua diretamente no processo de organização e mobilização da sociedade civil, empenhando-se na efetivação dos direitos sociais e no desenvolvimento da cidadania.

CONCLUSÃO

Concluimos ao final desse trabalho que os indicadores sociais são ferramentas importantes na formulação e gestão de políticas públicas. É necessário que os dados para construção de indicadores sociais sejam coletados com maior periodicidade e abrangência para que sejam construídos novos indicadores sociais ou reformulados os já existentes. Dessa forma, há necessidade que novas visões sejam feitas a cerca de indicadores existentes, ou mesmo que sejam criados novos indicadores que expressem visões completamente diferentes da mesma realidade, para que os agentes que necessitam tomar decisões políticas estejam cercados de opções e mesmo com a existência de diversas possibilidades encontrem a metodologia mais eficaz na expressão da realidade em questão. Somente assim poderemos aliviar os desligamentos existentes entre a realidade expressa pelos indicadores e o que realmente presenciamos todos os dias em um país tão diversificado quanto o Brasil. Precisamos, então, de profissionais de Serviço Social de mente aberta e que pensem em prol de um país melhor. Assim nas propostas e atitudes tomadas por esses profissionais para a (re)formulação referentes aos indicadores sociais existentes e ineficientes estão métodos eficazes de como devemos combater a desigualdade social ou a inoperância de alguns serviços públicos que continuam a existir no País.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.

REFERÊNCIAS

- JANUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil:** conceitos, fontes de dados e aplicações. 4. ed. Campinas (SP): Alínea, 2012.
- LEITE, P. S. **A Prática de Elaboração de Relatórios.** 3. ed. rev. Fortaleza (CE): Etene, 1990.
- RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas:** conceitos básicos. 2012. Disponível em: <<https://docs.google.com/open?id=0B615vhmWOCFRlcwLUU0eU5icmM>>. Acesso em: 27 set. 2016.
- SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.) **Políticas Públicas:** coletânea. Rio de Janeiro (RJ): ENAP. 2006. v. 2.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.
- _____. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologia**, Porto Alegre, (RS) ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- VIEIRA, C. M. **Sistemas de Indicadores Municipais no Brasil:** experiências e metodologias. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 2006.
- Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 2, 2017.*